

Há inversão de percurso discente da educação básica ao ensino superior no Brasil?

Is there a reversal in the students's educational path from basic education to higher education in Brazil?

¿Hay una reversión de los recorridos estudiantiles desde la educación básica hasta la educación superior en Brasil?

Kaio Breno Belizario de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6524-9574>

José Aírton de Freitas Pontes Junior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2045-2461>

Mark Clark Assen de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3638-9719>

Resumo: Este artigo busca fomentar o debate acerca do desempenho de estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), considerando que o resultado deste exame se configura como uma ferramenta que pode contribuir com o processo de democratização do acesso à educação superior, no contexto das políticas educacionais implementadas na última década. Buscamos responder a duas perguntas: “Para qual tipo de Instituição de Ensino Superior (IES) os alunos têm motivação em ingressar?” e “De qual tipo de escola da educação básica os alunos são egressos?”. O estudo tem o objetivo de elaborar uma estrutura hipotética acerca de uma possível inversão do percurso escolar. Para isso, utilizou-se da pesquisa quantitativa, com a qual se buscou responder as perguntas com base nos microdados do Enem de 2015 e do Censo da Educação Superior de 2016. Os resultados das duas análises indicam que: 1) os candidatos ao Enem são altamente motivados a ingressar em IES públicas, mas os alunos de escolas públicas são mais motivados a ingressar em IES privadas do que os de escola particular; 2) a maioria dos alunos das IES públicas é oriunda de escolas particulares, ao passo que a maior parte dos discentes de IES privadas provém de escolas públicas.

Palavras-chave: ciência e educação; sistema educativo; avaliação de larga escala; política educacional.

Abstract: This article aims to foster the debate about student's performance in the National High School Exam (Enem), considering that the results of this exam constitute a tool that can contribute to the process of democratization process of access to higher education, within the context of the educational policies implemented in the last decade. We seek to answer two questions: “What type of Higher Education Institution (HEI) are students motivated to join?”; and “What type of basic education school do the students come from?” The study aims to develop a hypothetical structure about a possible reversal of the school trajectory. To this end, quantitative research was used, with which we sought to answer the questions based on microdata from the 2015



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Enem and the 2016 Higher Education Census. The results of both analyses indicate that: 1) Enem candidates are highly motivated to enter public HEIs, but students from public schools are more motivated to enter private HEIs than those from private schools; 2) the majority of students at public HEIs come from private schools, while most students in private HEIs come from public schools.

Keywords: science and education; education system; large-scale assessment; educational politics.

Resumen: Este artículo busca incentivar el debate sobre el desempeño de los estudiantes en el Examen Nacional de Enseñanza Media (Enem), considerando que el resultado de este examen se configura como una herramienta que puede contribuir al proceso de democratización del acceso a la educación superior, en el contexto de las políticas educativas implementadas en la última década. Buscamos responder dos preguntas: “¿A qué tipo de Institución de Educación Superior (IES) están motivados a ingresar los estudiantes?”; y “¿De qué tipo de escuela de educación básica provienen los estudiantes?” El estudio pretende desarrollar una estructura hipotética sobre una posible reversión de la trayectoria escolar. Para esto, se utilizó una investigación cuantitativa, con la cual se buscó responder las preguntas basadas en microdatos del Enem 2015 y del Censo de Educación Superior 2016. Los resultados de ambos análisis indican que: 1) Los candidatos del Enem están altamente motivados para ingresar a las IES públicas, pero los estudiantes de escuelas públicas están más motivados para ingresar a IES privadas que los de escuelas privadas; 2) la mayoría de los estudiantes de las IES públicas proviene de escuelas privadas, mientras que la mayoría de los estudiantes de las IES privadas proviene de escuelas públicas.

Palabras clave: ciencia y educación; sistema educativo; evaluación a gran escala; Política educativa.

1 Introdução

No que diz respeito às reformas educacionais se destaca, na década de 1990, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional (nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), também conhecida como “Lei Darcy Ribeiro” (Schwartzman, 2005), em vigor até os dias atuais, mesmo que pesem as sucessivas alterações em partes do texto. Esta lei estabeleceu o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, além de organizar a educação nacional em dois níveis de ensino (Brasil, 1996, 2017).

Além disso, o inciso VI do art. 9 da lei supracitada aponta como incumbência da União: “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (Brasil, 1996, cap. IV, art. 9). Nesse âmbito se inserem os diferentes processos de avaliação tanto da educação superior quanto da educação básica, como é o caso do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, o foco do presente estudo.

Pode-se dizer que no contexto de reformas educacionais ensejadas na década de 1990, e que visavam fomentar outras características para a organização do Ensino Médio, como etapa final da educação básica, se incorpora o exame, podendo ele ser entendido

como parte do escopo dessas reformas educacionais, configurando-se nesse particular como uma ferramenta para avaliar o montante de Competências e Habilidades desenvolvidas pelo aluno durante sua trajetória na Educação Básica, bem como fornecer a autoavaliação ao participante (Brasil, 2014). Dessa forma, entre os anos de 1998 a 2008, esse exame era composto por uma prova com 63 questões de natureza interdisciplinares. Esse modelo tinha como pilar disponibilizar referência de autoavaliação para os indivíduos, além de proporcionar os aspectos citados anteriormente. Nesse contexto, haviam poucas instituições de Educação Superior, principalmente algumas ligadas ao setor privado, que utilizavam os resultados do ENEM como instrumento para proceder com a seleção dos alunos. Ao passo que houve a reformulação metodológica do ENEM, em 2009, e a definição do Sistema Unificado de Seleção/SISU, os resultados se tornaram o carro-chefe como forma de seleção para o ingresso na Educação Superior, seja a sua utilização de maneira única ou combinada com o vestibular ou vagas remanescentes do vestibular por diversos setores (Brasil, 2014).

Diante disso, para elucidação de tal perspectiva se mostra necessário discorrer sobre as políticas públicas que englobaram o certame e o número de participantes no decorrer dos anos. Na primeira aplicação o número de indivíduos interessados em prestar o exame não teve ampla adesão, e, isso se manteve até o ano de 2001, pois de acordo com o relatório pedagógico do referido ano, houve aumento exponencial no número de indivíduos, um milhão e 200 mil pessoas, em consequência da liberação da taxa de pagamento, que era até então exigida (Brasil, 2001).

Em 2004, houve a criação do Programa Universidade para Todos (Prouni) pela Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e alterada pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que ainda vigora. Esse programa oferece bolsas de estudos integrais (100%) e parciais de 50% ou de 25% para estudantes de graduação em instituições privadas de Educação Superior a estudantes que concluíram os estudos em escolas públicas pertencentes às famílias com renda mensal bruta de até três salários mínimos (Brasil, 2005); o número de candidatos chegou a 1.552.136 de inscritos, sem a taxa de liberação do pagamento (Brasil, 2004).

Outra inovação ocorreu no ano de 2010 com a criação e efetivação do Sisu no contexto das políticas que ensejavam a democratização do acesso à educação superior, passando a imprimir uma centralidade no ENEM como mecanismo de seleção, utilizando-se as notas do exame de 2009 para termo de seleção no ano subsequente (Brasil, 2012a); condição essa que fez com que diversas instituições adotaram essa modificação para o ingresso nos cursos (Viggiano; Mattos, 2013). Houve também, em 2010, a obrigatoriedade da utilização da nota do ENEM como requisito para a contratação do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies (Brasil, 2010a). Sendo que em 2009 tiveram 4.576.126 inscritos e, no ano seguinte, 2010, 4.611.441 inscritos (Corti, 2013). O estudo realizado por Andriola (2011)

aponta 12 motivos favoráveis à adoção do exame pelas Instituições Federais de Ensino Superior, dentre os quais são destacados desde motivos sobre uma possível capacidade de avaliar habilidades e competências, o seu modelo teórico atual (Teoria de Resposta ao Item – TRI), indução ao Ensino Médio de elaboração de uma proposta pedagógica a base do desenvolvimento de competências e os meios de seleção.

Em suma, com base no panorama de alterações, na atualidade percebe-se um papel notório no processo de acesso à educação superior, pois seus resultados viabilizam: i) acesso à Educação Superior pelo Sisu e Prouni; ii) Financiamento Estudantil por meio do FIES; iii) Desenvolvimento Pessoal a partir da autoavaliação e inserção no mercado de trabalho; iv) Melhorias na Educação, utilizando indicadores para o aperfeiçoamento do ensino e diversos estudos acerca do exame (Brasil, 2015), destacando-se o acesso à Educação Superior. Postas essas considerações de ordem mais geral acerca do Enem, considera-se pertinente mencionar como se deu a maturação para a realização desse estudo. A ideia do estudo surgiu com a leitura de um livro (Haguet; Pessoa, 2015) que buscou analisar a realidade/padrões de qualidade de escolas cearenses com alto e baixo desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2011, que ao descrever o contexto e características das cinco escolas com alto desempenho no Enem, apontaram diversas ações e pontos peculiares, porém, o que saltou aos olhos foram o tipo de escola frequentada no Ensino Fundamental, renda, escolaridade dos pais e o relato dos alunos acerca do anseio para ingressar na Educação Superior.

A partir daqui será adotada a postura considerando o recorrido acerca do Enem e a ideia do estudo, no sentido de tornar clara a pretensão da análise. Nesse sentido, caso um aluno concludente do Ensino Médio anseie ser professor de Educação Física Escolar nos anos finais do Ensino Fundamental ou no ensino médio, é necessário ter formação de nível superior (cf. art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, LDB, alterado pela Lei nº 13.145, de 16 de fevereiro de 2017), e cursar a Licenciatura em Educação Física. Nas atuais circunstâncias, além do vestibular tradicional, poderá utilizar-se dos resultados do Enem para ingressar no curso pretendido, portanto, é conhecido o fim que ele deseja alcançar.

Nessa vertente, o motivo da atividade, como destaca Dewey (1978, p. 94), recebe o nome de fim, quando é considerada a influência que ele exerce sobre a ação do seu poder de nos mover. Na perspectiva adotada inicialmente já é conhecido o motivo/fim do aluno, sendo assim quando é vislumbrado o resultado, se logra o esforço e a energia para a ação da atividade. Uma vez pensando de maneira clara o fim que se deseja, se faz oportuno ao indivíduo ter conhecimento da direção e a intensidade despendida acerca da atividade e/ou objetivos almejados. Por meio disso, o indivíduo pode ser cativado à reflexão do caminho inteligente a ser seguido e desbravado para que utilize estratégia adequada para alcançar o fim (Dewey, 1978). Não obstante, as definições de motivação podem ser dúbias (Weinberg;

Gould, 2001), partindo da personalidade do próprio indivíduo, ele é ou não motivado ou influências externas que incidem sobre sua ação.

Dessa maneira, nesse estudo é considerado que o motivo pode se caracterizar por um conjunto de necessidades do indivíduo, bem como aspirações que justificam a ação, o ato de mover intenção de atingir metas (Winterstein; Venditti Jr, 2009). Dessa forma, tendo como construção hipotética o motivo para apreender e explicar o comportamento dos indivíduos, sendo que as explicações das ações têm como base a suposição de que a ação se define pelas expectativas e ponderação dos resultados e suas consequências para o indivíduo (Winterstein, 1992). Uma vez incorporado o sentido de motivação aqui adotado, a contextura da motivação dos indivíduos em realizar o Enem estando cientes dos benefícios de que incorre a utilização dos resultados pode se mostrar como fator primordial para os candidatos, em especial aos que o veem como oportunidade para o ingresso na Educação Superior (Nascimento; Coutinho; Pinheiro, 2013; Freitag *et al.*, 2017). Com isso, as indagações que surgem são: a) Para que tipo de instituição de Ensino Superior os alunos tem motivação em ingressar? b) De qual tipo de escola da Educação Básica os alunos são egressos? Nesse viés, realizaram-se reflexões de como materializar e responder tais indagações devido à quantidade de recursos necessários para abarcar o montante de informações a serem colhidas para tal. Assim sendo, o questionário socioeconômico, os microdados do Enem e do Censo da Educação Superior, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para população atende ao vislumbado por esse estudo, sendo que tais informações serão mais bem detalhadas na seção das soluções metodológicas. O estudo tem como objetivo elaborar uma estrutura hipotética de utilização dos resultados do ENEM para ingressar na Educação Superior e, para tanto, fez-se necessário: i) identificar o nível de relevância dos motivos para realizar o Enem visando ingressar na Educação Superior e o perfil de desempenho nas áreas avaliadas no exame de 2015 de acordo com o tipo de escola frequentada no Ensino Médio e ii) ingresso nos cursos de ensino superior com o uso da nota do Enem pelo tipo de escola frequentada no ensino médio no ano de 2016.

2 As soluções metodológicas

A abstração inicial se deu a partir da leitura do livro já mencionado, sendo que a escolha do referencial base se processou por aproximação e aceitabilidade do que é posto pelos autores utilizados e as variáveis utilizadas para o estudo tiveram vislumbre a partir da leitura de estudos desenvolvidos sobre a motivação dos indivíduos para realizar o ENEM e vê-lo como oportunidade de ingressar na Educação Superior. Dentro do rol de problemas advindos do cenário esquematicamente traçado na parte introdutório desse artigo, tem

aquele relacionado aos bancos de dados específicos para um nível de ensino e para outro. Dito de outra maneira, a disponibilização é dificultada, uma vez constatada a ausência de centralização de todo o percurso dos alunos para o público em geral, especialmente para pesquisadores e pesquisadoras com interesse nos detalhes da trajetória estudantil. Os dados são organizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, que em alguma medida consegue visualizar esse panorama com mais facilidade, principalmente se comparada às dificuldades enfrentadas no âmbito desse estudo.

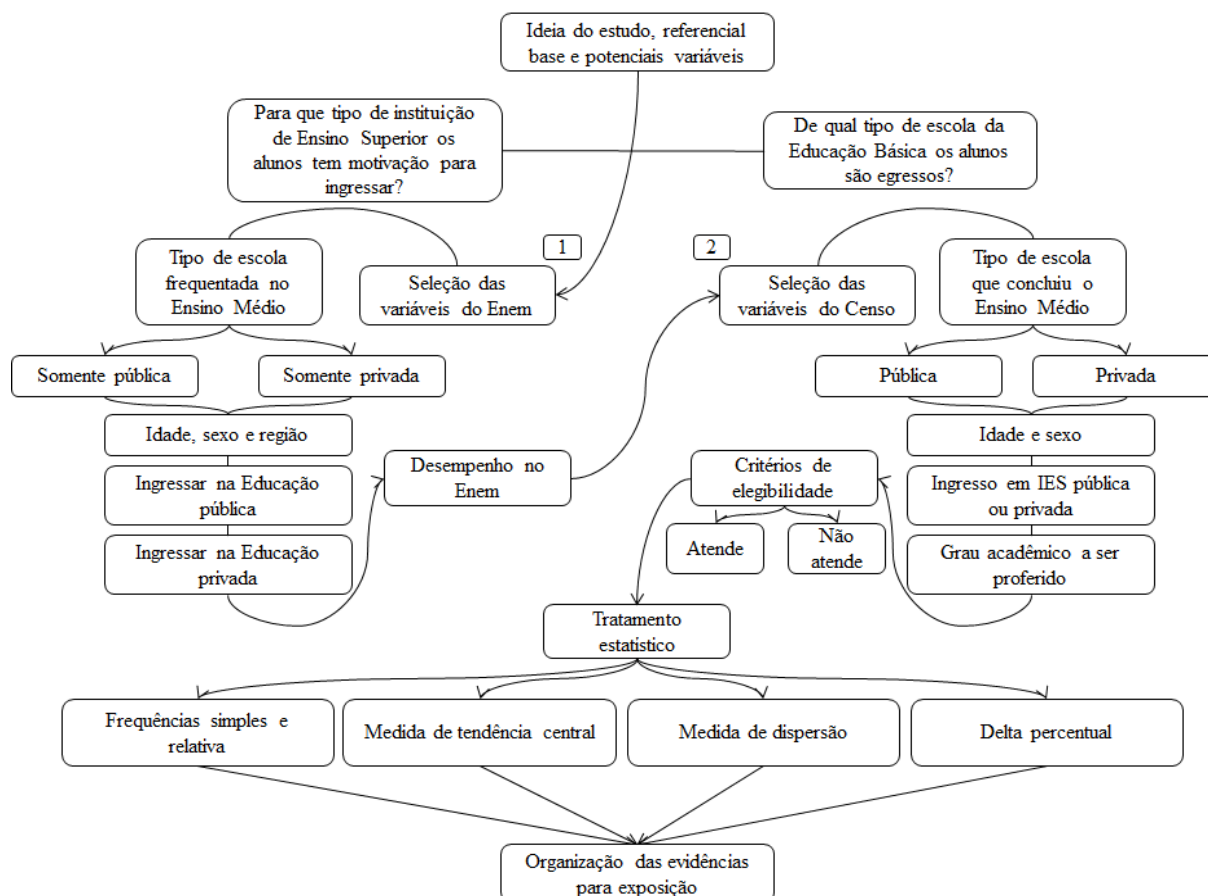
É sabido que para uma maior rigorosidade nos artigos científicos faz-se necessário apresentar o percurso seguido, por exemplo, com informações sobre o tipo de pesquisa, sua abordagem, tamanho da amostra, organização dos dados, tratamento estatístico, aspectos éticos etc. Realizar-se-á essa tarefa nas próximas linhas.

No entanto, vale dizer que o presente item devia ser encarado para além dessa *praxe* na pesquisa científica atual, já que é obrigado a tomar diversas decisões, trabalhar com dois bancos de dados que são disponibilizados separadamente pelo mesmo instituto; sem uma sistematização adequada de toda trajetória nos diferentes níveis de ensino no Brasil. Encarando-se as presentes linhas como mais um ponto de justificativa e/ou relevância; uma força propulsora e alerta do estado de fato, evidencia-se quão necessário esse debate entre os pesquisadores e as pesquisadoras que tem como foco a educação pública em geral. Ou, ainda, o desempenho nas diferentes avaliações existentes.

Com base nisso, a conjuntura pensada nesse estudo tem o intuito de apresentar uma construção hipotética acerca do perfil de motivos e do desempenho dos indivíduos pelo tipo de escola e razões para realizar o certame no ano de 2015, com a perspectiva do ingresso na Educação Superior de 2016. Considerando que são bancos diferentes serão percorridas as decisões tomadas separadamente para facilitar a leitura e compreensão. No entanto, primeiramente será apresentada a síntese do que está sendo chamada de construção hipotética, depois a caracterização geral do estudo.

O fluxo seguido para a elaboração da estrutura explicativa hipotética se inicia com o que foi exposto na introdução, seleciona variáveis do questionário socioeconômico do Enem e o desempenho nas provas e na redação do ENEM. Depois disso, seleciona-se variáveis do Censo da Educação Superior. Aplicam-se os critérios de elegibilidade, os procedimentos estatísticos e organiza-se as evidências para exposição na seção posterior. Esse caminho pode ser observado com mais detalhes na figura a seguir.

Figura 1 – Fluxograma do caminho metodológico pensado para a síntese e a construção hipotética do estudo.



Fonte: próprios autores (2019).

Mais algumas informações sobre o fluxograma são necessárias, mesmo correndo-se o risco de ser repetitivo, no intuito de captar o movimento com mais precisão do percurso metodológico, suas tomadas de decisão e soluções encontradas para o tratamento com os bancos de dados, isto é, dificuldade imposta pelo próprio Inep. A primeira coisa realizada foi identificar uma possível relação entre os bancos; encontrada através das perguntas: 1) Para que tipo de instituição de Ensino Superior os alunos tem motivação para ingressar? e 2) De qual tipo de escola da Educação Básica os alunos são egressos? No banco 1 (microdados do ENEM) existe um item que atende a primeira pergunta e no banco 2 (microdados do Censo da Educação Superior) o mesmo pôde ser verificado. A segunda tarefa foi selecionar às variáveis no banco 1, aplicar os critérios de elegibilidade, relacionar com o desempenho dos estudantes. Com isso, poder-se-á demonstrar quais os caminhos mais prováveis a serem seguidos pelos indivíduos de uma esfera administrativa e de outra. Nesse sentido, tornando possível uma visão mais ampla e precisa da efetivação do desejo dos participantes do exame.

Diante desse panorama, passou-se a terceira atividade, do percurso metodológico: seleção das variáveis no banco 2 (microdados do Censo da Educação Superior), aplicar os critérios de elegibilidade e, por fim, identificar os indivíduos que atendiam a efetivação da

motivação via desempenho no ENEM. Com o êxito das duas etapas anteriores, partiu-se para a próxima coisa, mais alguns processos estatísticos. De posse dos dados, que podiam fornecer resposta aos objetivos elencados, organizou-se (última tarefa), as evidências com fins didáticos e que correspondesse e expusesse o movimento proposto. Tais comentários são de suma importância para explicitar que, mesmo diante das dificuldades impostas pelo objeto de estudo, certas soluções metodológicas possibilitam a apreensão do mesmo. O que, mais uma vez, já justifica e reforça as soluções encontradas dentro da própria estrutura imposta.

Antes de adentrar no passo a passo da caracterização desse estudo, apenas descrito de maneira mais genérica acima, mostra-se salutar mais dois comentários sobre os motivos da existência das atuais informações. O primeiro é relacionado ao Inep e sua transparência e o segundo concerne a burocracia do Estado. Os operadores e as operadoras do instituto conseguem atender aos princípios da Transparência, à medida que publicização os dados; na introdução desse trabalho apontou-se que é até uma das coisas que os microdados do ENEM propicia aos pesquisadores e as pesquisadoras com o foco no exame. Do ponto de vista da efetividade do aparato burocrático do Inep e do Estado, os seus resultados podem ser vistos como eficazes dependendo de que lado da balança se está olhando em evidência. A título de exemplificação, toma-se esse estudo, é necessário uma série de construções hipotéticas para se conseguir lograr resultados parciais, no sentido de uma série completa desde a consolidação do exame como uma ferramenta de acesso à Educação Superior. Dessa forma, se a burocracia serve para isso, pode-se realçar que ela é eficaz e atinge seu objetivo com muita eficiência. Em caso negativo, visualiza-se um resultado colateral, qual seja, ineficácia e ineficiência desse aparato burocrático, desse estudo. Suscitando-se, mediante a isso, a série de soluções metodológicas propostas nesse item. Passa-se, nas próximas linhas, a caracterizar esse artigo.

O estudo é do tipo descritivo, de caráter quantitativo e aplicado de maneira transversal aos dois bancos utilizados, bem como apresenta característica de procedimento de análise primária dos microdados disponibilizados pelo Inep, para a população ter acesso à informação sobre avaliações, pesquisas e exames geridos pelo mesmo, especialmente os microdados da edição de 2015 do Enem e do Censo da Educação Superior de 2016. A amostra foi constituída por 1182219 indivíduos que participaram do Enem de 2015. Para acessar o número de indivíduos da amostra do exame foram considerados os seguintes critérios de elegibilidade: a) Estar presente a todas as provas e não ter sido eliminado; b) Não apresentar problemas na redação; c) Ser cursista da última série do Ensino Médio no ano de realização do exame; d) Não ter zerado nas provas e na redação; e) Cursar a modalidade regular do Ensino Médio; f) Não apresentar necessidade especial, exceto os sabatistas;

g) Ter respondido se frequentou Ensino Médio em somente escola pública ou privada; h) Ter idade entre 15 a 25 anos.

No que se refere à utilização de variáveis do questionário socioeconômico respondido pelos candidatos que realizaram o Enem de 2015 que, por sua vez, teve a escolha: a) Utilização da questão 47, que versa sobre o tipo de escola frequentada no Ensino Médio, foram selecionados os indivíduos que frequentaram somente escola pública e somente escola privada sem bolsa de estudo integral para se enquadrar em dois extremos; b) Idade, sexo e região para caracterização da amostra do Enem; c) Utilização das questões 35 e 36 sobre os motivos para realizar o Enem, respectivamente ingressar na Educação Superior pública e privada, sendo utilizada a escala original de seis pontos (0 a 5) para caracterização do nível de relevância dos motivos para realizar o Enem de 2015.

Vale salientar que a decisão foi tomada para atender o objetivo do estudo; d) Adaptação da escala para três pontos: 1) pouco relevante (ponto 0 da escala), relevante intermediário (pontos de 1 a 4 da escala) e muito relevante (ponto 5 da escala) para cruzamento com o desempenho nas provas e redação. Já essa tomada de decisão diz respeito ao manuseio dos dados.

Ante o exposto, todo o planejamento, organização e aplicação dos procedimentos de elaboração de itens e de testes para pré-calibração são realizados pelo Inep, bem como a coleta de dados do questionário socioeconômico, no ato da inscrição dos candidatos para participação no exame. A coleta de dados foi realizada no sítio do instituto da seguinte forma: endereço eletrônico (<http://www.inep.gov.br>), acesso ao portal do Inep, aba dados, seguida de microdados, ENEM e *download* dos microdados do ano de 2015.

Soluções metodológicas concernentes ao Censo da Educação Superior. A amostra foi constituída de 366589, por todos os indivíduos do Censo da Educação Superior de 2016 que atenderam os critérios: a) Ter ingressado na Educação Superior com a nota do Enem; b) Estar cursando a Educação Superior; c) Ter informação sobre o tipo de escola em que os indivíduos o Ensino Médio; d) Ter ingresso na Educação Superior em 2016; e) Ser cursista na modalidade presencial; f) Ter idade entre 15 a 25 anos; g) Ter grau acadêmico de bacharelado, licenciatura ou tecnológico ao concluir o curso.

Passou-se a utilização das variáveis do Censo da Educação Superior: a) Tipo de escola em foi concluído o Ensino Médio, ou seja, ainda no intuito de manter dois extremos; b) Idade e sexo para caracterização da amostra do Censo vislumbrando o público da amostra do Enem; c) Ingresso com a nota do Enem e em qual tipo de IES os indivíduos ingressaram de acordo com o tipo de escola frequentada no Ensino Médio; e d) Qual curso escolhido para o ingresso, ou seja, grau acadêmico a ser proferido com a conclusão do curso.

A partir disso, faz-se oportuno destacar que o Inep é responsável pela organização e verificação dos dados do Censo da Educação Superior, sendo que a coleta dos dados

conta com o auxílio da Instituição de Ensino Superior – IES para o preenchimento dos questionários, além de informações importadas do Sistema e-MEC. Podendo, dessa maneira, ter diversas características da Educação Superior no Brasil. Sendo que para esse estudo bastou os microdados disponibilizados pelo sítio. A coleta de dados foi realizada no sítio do instituto da seguinte forma: endereço eletrônico (<http://www.inep.gov.br>), acesso ao portal do Inep, aba dados, seguida de microdados, Censo da Educação Superior e *download* dos microdados do ano de 2016.

A análise estatística dos microdados se utilizou de estatística descritiva (distribuição de frequências, medida de tendência central, medida de dispersão) para obtenção dos valores de frequências absoluta (n) e relativa (%), médias e desvio padrão. Além do mais foi realizada subtração de: x privada – y pública. O tratamento dos dados foi executado com o auxílio do *Microsoft Excel* 2010 e do *Software SPSS* versão 23.0 para manipulação e sistematização dos dados. O estudo por utilizar de microdados e atender, especialmente ao ponto “v) pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual” do Parágrafo único do art. 1 da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, não necessita de avaliação do sistema CEP/CONEP para pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

3 Tessituras dos caminhos formativos: do básico ao superior

A estrutura elaborada e a exposição das evidências do estudo buscam responder as provocações iniciais. Sendo assim, os resultados serão apresentados em dois momentos principais: primeiro os resultados Tipo de escola frequentada no Ensino Médio, motivos para realizar o Enem de 2015 (Banco de dados do ENEM) e, em seguida, os da utilização dos resultados/nota do Enem para ingresso na Educação Superior em 2016 (Banco de dados do Censo da Educação Superior).

Veja-se que esse passo fundamental possibilita penetrar nos pormenores do objeto de estudo. Além de abrir um campo de alternativas para pesquisas posteriores. Na medida em que permite perceber se certo caminho indicado (motivação) pelos indivíduos; e as condições delineadas da estrutura organizacional de acesso à educação superior favorecem mais a um setor da sociedade do que outro.

Acrescentando-se que, mesmo que não seja propriamente o objetivo do presente artigo, demonstra o tipo de esfera administrativa que propicia maiores condições de efetivação do desejo do público atendido no nível básico. Em paralelo, explicita os esforços das propagandas pelo setor privado e os respingos nas escolas de Ensino Médio públicas; pensa-se naqueles *banners* com as aprovações nos cursos, sem se mencionar o tipo de

instituição; ou as várias fotos (com notas de redação) publicadas pelas Credes nos diversos municípios cearenses.

Nesse estado de coisas, evidencia-se também os pontos mais deficitários das diferentes esferas administrativas, bem como qual o cenário de desempenho dos estudantes nas variadas áreas do conhecimento mensuradas pelo exame. É importante lembrar que se consegue, a partir dessa exposição, facilitar o conhecimento sobre pelo menos um dos aspectos relacionados aos resultados: iv) Melhorias na Educação, utilizando indicadores para o aperfeiçoamento do ensino e diversos estudos acerca do exame.

Mais um comentário para facilitar a exposição das evidências, a parte de identificação do nível de relevância para realizar o exame, na qual utilizou a escala de seis pontos (0 a 5) será disposta no primeiro momento. Depois disso, passear-se-á por focar a lupa na escala adaptada (0 = ponto relevante, 1 a 4 = relevante intermediário e 5 = muito relevante) para dar lisura à exposição dos resultados.

Para que assim fosse possível visualizar com mais fluidez o movimento entre motivação dos indivíduos, tipo de escola frequentada, desempenho nas provas e na redação, distância de desempenho no exame pela escola de conclusão do ensino médio e a motivação. Dessa maneira, obtendo-se com mais nitidez o panorama dos potenciais candidatos das vagas no nível superior.

A organização das evidências oportunizou perceber que os indivíduos que realizaram o Enem de 2015, de maneira majoritária, frequentaram somente escola pública e o sexo predominante foi o feminino, sendo que a região sudeste teve maior percentual, seguida da nordeste. Além disso, quando se trata dos setores públicos e privados da Educação Básica e os motivos para prestar o exame, foi obtida alta relevância para ingressar na Educação Superior pública, média = $4,70 \pm 0,81$ e $4,78 \pm 0,71$, respectivamente.

Aludir tal nível de relevância, por parte do setor privado, pode parecer que a mesma categoria administrativa no Ensino Superior não é a intenção primeira de realizar o Enem. Esse aspecto se realça a partir da relevância dada para a prestação do exame e a busca pela Educação Superior privada, uma vez que o setor público apresenta maior média (3,41). Esses dados podem ser minuciosamente analisados no Quadro 1.

No entanto, essa interpretação se limita à organização das evidências para esse estudo, cabendo, por isso, reflexão mais abrangente acerca dos motivos que os indivíduos vislumbram ao prestarem o exame, pois há diversos objetivos circundantes. Porém, já se pode considerar como os traços iniciais da inversão de percurso.

Quadro 1 – Tipo de escola frequentada no Ensino Médio e os motivos para realizar o Enem.

Variáveis	Alternativas	Tipo de escola frequentada no Ensino Médio	
		Somente escola pública (82,3%)	Somente escola privada (17,7%)
Idade (média e dp)		17,7 ± 1,10 anos	17,3 ± 0,65 anos
Sexo (%)	Masculino	40,7	45,6
	Feminino	59,3	54,4
Região (%)	Norte	9,4	5,4
	Nordeste	28,4	25,3
	Centro-Oeste	8,3	8,8
	Sudeste	40,2	47,6
	Sul	13,7	12,9
Nível de relevância dos motivos para realizar o Enem (média e dp)	Ingressar na Educação Superior pública	4,70 ± 0,81	4,78 ± 0,71
	Ingressar na Educação Superior privada	3,41 ± 1,64	2,88 ± 1,68

Fonte: próprios autores (2019).

No intuito de explorar qual grupo se apresenta com potencial para ingressar na Educação Superior foi composto um arranjo englobando o tipo de escola, escala de motivos adaptada, desempenho nas provas e na redação do Enem de 2015 (observe o Quadro 2 antes de ler a percepção a seguir). Por meio dele, denotou-se majoritário desempenho dos indivíduos que frequentaram somente escola privada e mencionaram realizar o ENEM buscando ingressar na Educação Superior pública. Outra característica que se sobressai é aquela referente ao comportamento do desempenho nas provas e na redação de acordo com o nível de relevância da escala para realizar o ENEM, seja ingressar na Educação Superior pública ou privada, pelo tipo de escola frequentada no Ensino Médio.

Inicialmente, o desempenho de todos os indivíduos que realizaram o exame visando ingressar na Educação Superior pública, aumentou em todas as provas e na redação, à medida que aumente a relevância do motivo. No entanto, esse comportamento não ocorreu para o ingresso na Educação Superior privada, ao ser observado o desempenho dos setores públicos (oscilação) e privado (decrecente). O movimento crescente do desempenho separado pelo tipo de escola frequentada no Ensino Médio e a escala de relevância para ingressar na Educação Superior pública apresenta sensação positiva, pois demonstra certa harmonia de aumento no desempenho, para ambas as escolas, podendo-o ser visto com bastante potencial. Porém, essa evidência se confrontada entre o tipo de escola, demonstra também, de forma harmoniosa, o aumento da distância de desempenho pelo nível de relevância da escala dependendo de onde foi cursado o Ensino Médio. Além do mais, não se tem menos de 10% de crescimento no desempenho dos indivíduos que frequentaram somente escola privada no Ensino Médio, bem como a amplitude acentua o realçado anteriormente e apresenta à distância pelo tipo de escola frequentada no Ensino Médio.

Por outro lado, essa harmonia não aparece quando a lupa está centrada no motivo para realizar o ENEM visando ingressar na Educação Superior privada, pois os indivíduos de escola somente privada que declararam pouca relevância, têm os maiores desempenhos em todas as provas e na redação, sendo onde se concentram as maiores distâncias nos desempenhos dos indivíduos provenientes somente de escola privada *versus* somente pública. Ainda nisso, há decréscimos no desempenho de acordo com que se aumenta a relevância nas áreas.

Nesse contexto, tem-se características diferentes para ambos os setores administrativos na educação básica e os motivos para prestar o ENEM de 2015; isto fica evidente, dando a mesma sensação de preferência pela Educação Superior pública. Vale salientar que não se está falando de causa e efeito, ou seja, o nível de relevância dada ao motivo não implica no posterior ingresso, mesmo que possa aparentar a partir das evidências desse estudo.

Pode-se dizer que se tem mais outro aspecto essencial dos traços indicativos da inversão de percurso formativo da Educação Básica a Superior por parte dos participantes do ENEM nessa edição. Entretanto, suscita-se, com base no estudo que motivou a presente pesquisa e nos vários outros utilizados na problematização, que concerne a aspecto tendencial. Ou seja, está apreendendo somente a tendência que pode ser confirmada ou refutada por estudos posteriores.

Quadro 2 – Desempenho nas áreas do Enem de acordo com o tipo de escola frequentada no Ensino Médio e motivo para realizar o Enem.

Áreas avaliadas no Enem	Tipo de escola frequentada no Ensino Médio	Motivos para realizar o Enem e desempenho nas áreas					
		Ingressar na Educação Superior pública			Ingressar na Educação Superior privada		
		Pouco relevante	Relevante intermediário	Muito relevante	Pouco relevante	Relevante intermediário	Muito relevante
Ciências da Natureza	SPB	452,43	455,53	465,25	466,35	467,61	457,24
	SPV	519,52	524,14	551,46	575,14	547,98	533,38
Amplitude e ($\Delta\%$) do desempenho	SPV versus SPB	67,09 (14,83)	68,60 (15,06)	86,22 (18,53)	108,80 (23,33)	80,37 (17,19)	76,14 (16,65)
Ciências Humanas	SPB	526,51	532,67	546,84	544,92	548,83	538,03
	SPV	587,54	591,97	615,96	633,39	613,17	601,30
Amplitude e ($\Delta\%$) do desempenho	SPV versus SPB	61,04 (11,59)	59,30 (11,13)	69,12 (12,64)	88,47 (16,24)	64,34 (11,72)	63,27 (11,76)
Linguagens e códigos	SPB	477,01	482,90	495,18	491,86	497,96	486,46
	SPV	539,02	544,04	565,27	579,12	563,13	552,30
Amplitude e ($\Delta\%$) do desempenho	SPV versus SPB	62,01 (13,00)	61,14 (12,66)	70,09 (14,16)	87,27 (17,74)	65,17 (13,09)	65,84 (13,53)

Matemática	SPB	438,54	444,72	457,29	459,43	460,67	446,27
	SPV	532,88	540,22	578,87	615,66	573,95	551,33
Amplitude e ($\Delta\%$) do desempenho	SPV <i>versus</i> SPB	94,34 (21,51)	95,50 (21,47)	121,57 (26,59)	156,24 (34,01)	113,29 (24,59)	105,07 (23,54)
Redação	SPB	500,22	506,08	530,43	530,07	533,27	515,49
	SPV	599,73	608,78	662,28	694,03	655,94	634,01
Amplitude e ($\Delta\%$) do desempenho	SPV <i>versus</i> SPB	99,50 (19,89)	102,70 (20,29)	131,85 (24,86)	163,96 (30,93)	122,67 (23,00)	118,51 (22,99)

Fonte: próprios autores (2019). Legenda: Somente Pública (SPB); Somente Privada (SPV). Delta percentual ($\Delta\%$).

Reitera-se que as tomadas de decisão para esse estudo dizem respeito à tentativa de responder as indagações anteriormente elencadas, por apresentar tais características não o torna inválido. Pelo contrário, demonstra/materializa os anseios dos indivíduos para ingressarem na Educação Superior pública em âmbito nacional, como também abarca os relatos dos alunos cearenses para ingressarem no Ensino Superior que instigou a reflexão e maturação desse estudo. Desse modo, oportuniza-se visualizar as afirmações feitas em linhas anteriores sobre o potencial de ingresso de acordo com o desempenho e o nível de motivação apontado pelos indivíduos participantes da edição de 2015. Certamente se trata de um cenário parcial, numa espécie de fornecimento de baliza a estudos longitudinais posteriores. Nesse momento, faz-se oportuno salientar acerca da construção hipotética, pois com a expectativa de sistematizar e obter características similares entre as amostras de duas bases de dados diferentes, tendo como elo o ENEM, os resultados dizem respeito a ela.

Desse modo, os indivíduos que utilizaram a nota do certame para ingressarem na Educação Superior no ano de 2016, obtiveram similaridade na variável idade (maior média para escola pública), que varia 18,04 a 22,01, e no sexo (maiores percentuais para o sexo feminino tanto de escola pública quanto privada) dos participantes do ENEM de 2015. Deve-se visualizar o Quadro 3 para maiores detalhamentos. Quando observado o percentual (29,2%) de ingressantes na Educação Superior com o ENEM e que concluíram o Ensino Médio no setor privado, começa-se a suscitar êxito das interpretações do tópico anterior. Entretanto, essa ideia necessita de mais evidências para dar maior robustez. Mesmo tendo amostras do tamanho das aqui trabalhadas, por ora não se pode fazer afirmações peremptórias.

Diante desse contexto, busca-se debruçar mais sobre as interpretações que foram apresentados até o momento. Assim, foi realizado o cruzamento entre tipo de escola que os indivíduos concluíram o Ensino Médio e o ingresso na Educação Superior com a nota do ENEM. A partir disso, percebeu-se que os ingressantes provenientes de escola privada tiveram de maneira majoritária ingresso em IES pública (59,6%). Sendo que dessas insti-

tuições, as Federais foram onde teve o maior percentual de indivíduos de escola privada ingressando. E essas evidências fomentam a percepção que os indivíduos de escolas privadas alcançam melhores desempenhos, e que ingressam na Educação Superior pública.

No que tange aos cursos escolhidos pelos indivíduos ingressantes, os que preferem cursos de Bacharelado obtêm maiores percentuais (tanto dos provenientes de escolas públicas quanto de instituições privadas). Vale salientar que os oriundos de escola privada obtiveram destaque para os cursos de bacharelado tanto de IES pública quanto de IES privada. Compor mais esse caractere ao rol de aspectos da inversão de percurso é fortuito como forma de fortalecer a construção hipotética e todo o fluxograma adotado no presente estudo. Tal fato vence as diversas dificuldades impostas pela estrutura organizacional de distribuição dos microdados e da execução das várias avaliações em larga escala em vigência no país.

Quadro 3 – Caracterização e cruzamento entre tipo de escola frequentada no Ensino Médio e ingresso na IES.

Variáveis	Alternativas Pública (70,8%)		Tipo de escola que concluiu o Ensino Médio	
			Privada (29,2%)	
Idade (média e dp)	20,07 ± 2,03 anos		19,73 ± 1,91 anos	
Sexo (%)	Masculino		45,5	48,4
	Feminino		54,5	51,6
Tipo de IES (%)	Pública Federal		38,3	54,2
	Pública Estadual		5,0	5,3
	Pública Municipal		0,1	0,1
	Pública geral		43,4	59,6
	Privada com fins lucrativos		20,8	19,5
	Privada com fins lucrativos		35,8	20,9
	Privada geral		56,6	40,4
Tipo de curso (%)	Bacharelado	IES pública geral	65,8	78,5
		IES privada geral	80,9	84,5
	Licenciatura	IES pública geral	27,7	17,6
		IES privada geral	7,6	5,3
	Tecnológico	IES pública geral	6,6	3,8
		IES privada geral	11,5	10,2

Fonte: próprios autores (2019).

Com “As soluções metodológicas” tentou-se apresentar os caminhos seguidos para superar as dificuldades encontradas para apreender o objeto de estudo do presente artigo. Nas “Tessituras dos caminhos formativos: do básico ao superior” foi possível ampliar a visão, saindo do campo mais abstrato, e expor empiricamente a possível inversão de

percurso discente no contexto brasileiro. Contudo, manifesta-se como momento fulcral a discussão dos resultados obtidos mediante o primeiro e o segundo passo percorrido. Ele deve ser enfrentado tendo sempre em mente a pergunta que nomeia o próprio item. Dessa forma, coloca-se a prova o esboço logrado, e, ao mesmo tempo, aguça-se o debate sobre a temática.

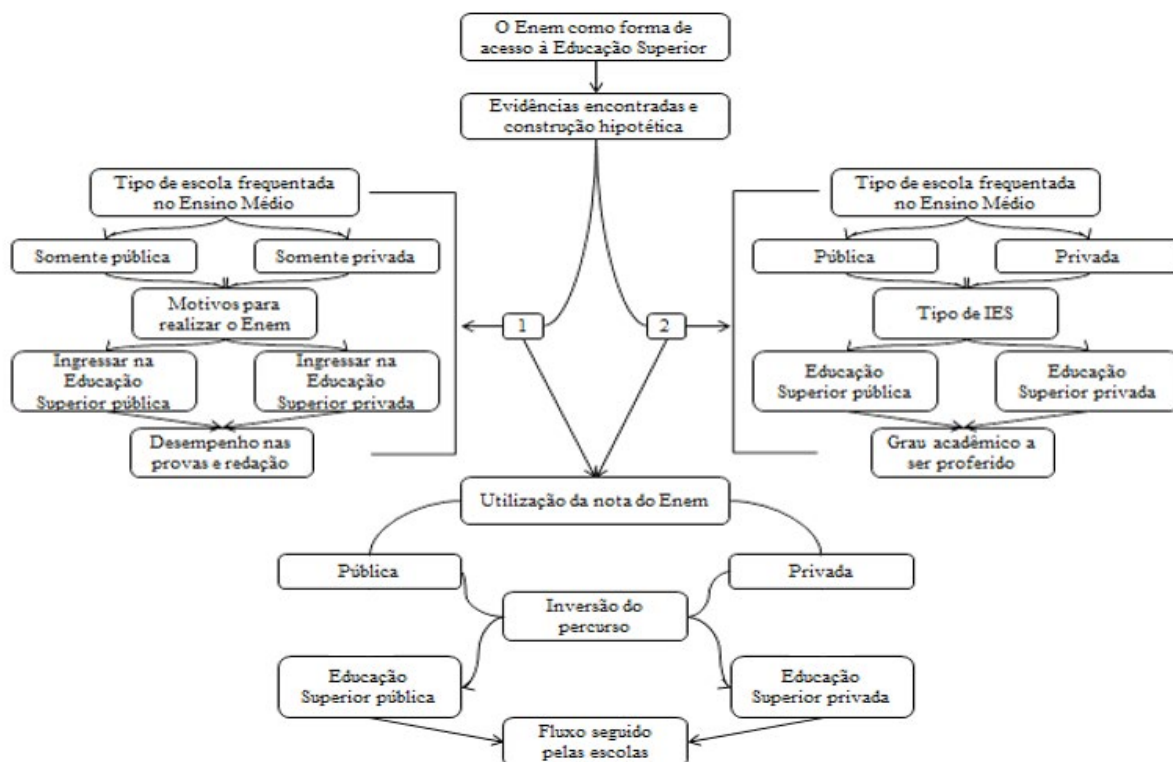
4 Ao público: há uma inversão do percurso discente?

As evidências sistematizadas e expostas remetem a ideia de que, possivelmente, há uma tendência de inversão no percurso dos indivíduos que utilizaram o ENEM para ingressar na Educação Superior, uma vez que a categoria administrativa na Educação Básica não foi à mesma na Educação Superior. Para elucidar esse raciocínio observe-se o fluxograma elaborado para construção hipotética desse estudo na figura 2. Assim como no fluxograma mencionado no tópico “As soluções metodológicas”, aqui se buscou captar as decisões tomadas no intuito de expor os movimentos que evidenciam uma possível inversão de percurso. Nesse contexto, relembre-se dos comentários que se fez naquele momento.

A título de resumo, na hora de visualizar o fluxograma inicie da parte superior (O Enem como forma de acesso à Educação Superior e Evidências encontradas e construção hipotética), encaminhe-se tanto ao banco 1 (microdados do ENEM) quanto ao banco 2 (microdados do Censo da Educação Superior) antes de seguir para a utilização da nota do ENEM. Ao chegar em “Utilização da nota do ENEM”, direcione a atenção às esferas administrativas da Educação Básica. Logo em seguida, mire a atenção as setas que cruzam às esferas administração da Educação Superior. Finalmente, pode-se visualizar o fluxo seguido pelas escolas.

Mais uma vez, aponta-se que a construção hipotética é assim apresentada devido às dificuldades que o objeto de estudo apresentou. Não se deduz simploriamente, numa espécie de causa e efeito, as afirmações discorridas na presente pesquisa. Ao contrário, coloca-se a prova os presentes dados à comunidade científica que tem como enfoque os resultados do certame. Forneceu-se evidências que apontam para uma inversão do percurso discente, mas, ainda, vislumbra-se contrastar os achados com os resultados de outros estudos sobre o exame, além de realizar outros entrelaçamentos entre o esboço desse trabalho e o pensamento de outros autores acerca da motivação. Ademais, consegue-se notar o motivo da criação dos dispositivos legais criados com o objetivo de redução das disparidades no acesso à Educação Superior pública por parte do setor privado. Todas essas características serão melhor abordadas nas próximas linhas deste tópico.

Figura 2 – Fluxograma da construção hipotética: *tipo de escola frequentada no Ensino Médio* relatado no Enem (banco de dados do Enem de 2015) e *tipo de escola frequentada ao ingressar na Educação Superior* (banco de dados do Censo da Educação Superior de 2016).



Fonte: próprios autores (2019).

Considera-se esse pressuposto ao fato que inicialmente se tem alto desempenho de acordo com a escala de relevância dos motivos pelos indivíduos advindos de uma educação regida por instituição do setor privado no Ensino Médio. Assim sendo, os provenientes de escola privada têm a ferramenta para gozar dos benefícios que o ENEM oportuniza, ou seja, bom desempenho; por conseguinte, ingressam nas instituições públicas de educação superior. Por essa via, mesmo se enquadrando com alta motivação (muito relevante na escala de motivos), os indivíduos do setor público ficam aquém dos da esfera privada, pois esses não têm a ferramenta fundamental (boa nota) do ENEM para escolher para onde querem ir. Ao ver a Figura 2 direcione atenção para a parte final, foque-se especialmente no centro *Inversão do percurso*, isto é, esse momento deixa evidente o que foi realçado até aqui.

Pode-se suscitar que ter alta motivação para realizar o exame visando ingressar na Educação Superior pública não demonstrou resultados satisfatórios para todos os indivíduos, em especial aos indivíduos que frequentaram somente escola pública na educação básica. Todavia, vale destacar o que Dewey (1978) discorre sobre o uso errado da motivação na perspectiva pessoal, em que se buscava conhecer os motivos e interesses ligando-os

para os estudos de lições, fazendo, assim, utilização para outras atividades dentro do contexto da matéria. Porém, ele coloca que o problema não é achar o motivo, mas fornecer material e condições para o exercício da habilidade específica da criança. Sendo assim, “Qualquer material que apele para essa capacidade tem, por esse mesmo fato, força motivadora. O fim ou o objeto, *na sua conexão vital com as atividades da pessoa*, é o motivo.” (Dewey, 1978, p. 96).

Por assim dizer, as evidências que foram apresentadas corroboram com essa ideia, na medida em que os participantes que frequentaram somente escola pública aumentam o desempenho de acordo com o nível de relevância dada ao motivo. No entanto, cabe refletir acerca das condições nas quais os mesmos estão inseridos, tais como as práticas educativas, a qualidade do ensino, o corpo docente, horas de estudo, condição socioeconômica, entre outros fatores que podem contribuir para os “bons” resultados nesse exame.

No entanto, vale discutir sobre o papel da motivação e a sua implicação ao desempenho escolar. Dessa maneira, Areepattamannil e Freeman (2008) investigando aspectos psicológicos, autoconceito e motivação acadêmica no desempenho acadêmico de alunos imigrantes e não imigrantes, apontaram que a motivação extrínseca (ação de regulação externa) foi o melhor preditor para o desempenho acadêmico dos alunos imigrantes.

Com isso, o estudo de Awan, Noureen e Naz (2011) destaca a importância do movimento da motivação para o desempenho acadêmico e de autoconceito e realização. Já Hornstra, Veen, Peetsma e Volman (2014) apontaram em seu estudo que na escola primária (corresponde ao Ensino Fundamental no Brasil) os níveis de realização e motivação dos alunos podem ser distintos inicialmente, porém, ao passo que o aluno se torna mais consciente e começa a se preocupar com que os colegas da sala de aula pensam acerca dele: isso pode exercer efeitos na motivação. Para tanto, se manifesta o fator externo como agente motivacional.

Contudo, como no presente estudo não é possível identificar os indivíduos, bem como não se trata do contexto de sala de aula, foi considerada a motivação como o fim, pois está sendo utilizada a escala de relevância respondida no ato da inscrição. Ante isso, estabelecido fim (querer ingressar na Educação Superior) e os colegas tomando conhecimento disso, tem-se o controle de conduta, das ações do indivíduo, e essas são inerentes a ele próprio. Por sua vez, age buscando ganhar recompensa, não ser punido ou castigado, havendo preocupação com seu status (Tapia, 1997). Assim, considerando que os indivíduos impulsionados pela motivação extrínseca (fim declarado) agem no intuito de obter avaliações positivas dos colegas do seu cotidiano.

Enquanto que os alunos movidos por motivação extrínseca têm condutada regulada, necessitando de agentes externos, os movidos por intrínseca buscam a atividade por satisfação particular, para sentir prazer e desenvolver competências, ou até mesmo satis-

fazendo a curiosidade de outrem (Dörnyei; Ushioda, 2011; Ribeiro, 2011). No entanto, não há uma dicotomia como já se pensou entre os tipos de motivação, podendo a extrínseca ter influência sobre a intrínseca (a teoria da autodeterminação de Ryan e Deci (2000)) no *continuum* de regulações externas, que aqui é colocada como a declaração de realizar o ENEM visando ingressar na Educação Superior. Não obstante, há diversas teorias acerca de motivação influenciando na aprendizagem de alunos, mas esse estudo não tem como objeto de análise a aprendizagem.

Por esses limites, quando percorrido acerca dos motivos para realizar o ENEM, num estudo realizado com alunos da 2ª e 3ª série do Ensino Médio de duas escolas públicas estaduais sobre o papel motivador e expectativas dos alunos para realização do exame, notou-se que o certame representa na vida dos estudantes a oportunidade de ingressar na Educação Superior (Freitag *et al.*, 2017). Corroborando, Nascimento, Coutinho e Pinheiro (2013) realizaram estudo com alunos da 3ª série do Ensino Médio do Estado de Amazônia, no qual foi possível perceber que os alunos veem o ENEM como forma de oportunidades para ingressar na Educação Superior. Todavia, a maioria dos participantes da pesquisa não sabia como funcionavam os programas do Governo Federal que estão atrelados ao exame. Porém, quando se tratando de desempenho, em especial nos itens de Educação Física, as regiões dos estudos supracitados obtiveram desempenho inferior entre as outras regiões brasileiras nos itens de Educação Física nas edições de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 do Enem (Pontes Jr *et al.*, 2016).

Caminha-se agora para o debate sobre a democratização da Educação Superior, uma vez que as evidências apontam que os indivíduos do setor privado detêm a ferramenta fundamental da avaliação e, por isso, escolhem para onde querem ir. Entretanto, há toda uma política que visa democratizar o acesso via Enem, pois o Prouni direciona sua atenção aos indivíduos com renda mensal per capita de até três salários mínimos e que sejam egressos de escolas públicas ou privadas com bolsa integral (Brasil, 2005). Nesse caso, não serão todos os indivíduos do setor privado que poderão utilizar-se da nota do Enem para ingressarem na Educação Superior privada.

No cenário supracitado, os estudos apontam o ENEM como forma de democratização do acesso ao Ensino Superior (Barbosa; Di Renzo, 2015; Borges, 2018). Vale destacar o primeiro estudo, pois os autores salientam que o exame instala um processo de apagamento da desigualdade de condição sócio-histórica e política do ensino oferecido nas escolas, especialmente pelo trabalho utilizado da ideologia, isto é, são apresentados os sentidos revestidos de democracia e consensualidade para o ingresso na universidade. No entanto, em estudo realizado numa universidade que utiliza os resultados do ENEM para seleção dos candidatos, foi apontado a não democratização do acesso ao Ensino Superior no que se refere à realidade estudada (Lima; Bianchini, 2017).

Diante disso, as evidências corroboram na perspectiva da democratização da Educação Superior privada, pois apresentam achados acerca do ingresso em IES privadas pelo alunato oriundo do setor público. Todavia, foi possível perceber que houve maior ingresso na Educação Superior pública pelo setor privado. Todavia, há políticas públicas que também visam universalizar essa categoria administrativa, tais como a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 para universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio, que ofertam 50% das vagas para escolas públicas (Brasil, 2012b).

Ainda se referindo às cotas para a rede pública a nível estadual, os Estados do Rio de Janeiro, Ceará, entre outros, tem implementado leis de cotas para alunos provenientes de escolas públicas, lei n. 5.346, de 11 de dezembro de 2008, lei n. 16.197, de 17 janeiro de 2017, respectivamente. No entanto, as instituições têm seus próprios sistemas de seleção dos alunos diferentemente das federais na sua maioria. Por outro lado, outros aspectos entrelaçam os indivíduos da rede pública dentro dos diferentes tipos de instituição, abrangendo toda uma problemática social após o ingresso, pois embora esteja discutindo o ingresso, vale problematizar os efeitos da chamada inversão do percurso, bem como a raiz das desigualdades de condições de acesso existentes dentro do próprio sistema público de educação brasileiro. Destarte, a problemática se inicia com a necessidade do apoio social e criação de condições a esses indivíduos para permanecerem na Educação Superior. Demanda-se recursos para concessão de bolsas de estudos e outras iniciativas de apoio para bolsistas do Prouni, auxílio financeiro/bolsa permanência aos bolsistas, como destacado por Oliveira (2012) o problema base refere-se ao trato financeiro, já que se sobressai aos problemas relacionados às dificuldades acadêmicas, isto é, tendo como peça-chave a ausência de custeio para permanência no percurso na Educação Superior.

Nesse viés, a democratização do acesso se fecunda como fator importante. No entanto, posto que apenas o acesso à Educação Superior não se mostra capaz de efetivar o sucesso acadêmico dos mesmos, faz-se fulcral investir em medidas de permanência dos bolsistas (Fialho; Sousa, 2017). O mote remete ao auxílio financeiro para permanência dos indivíduos na Educação Superior, porém, a problemática não cessa no tocante percorrido. Diante do exposto, lança-se como alternativa uma possível expansão do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) ou uma ação semelhante para que os indivíduos de escolas públicas cursem a Educação Superior privada, pois esse programa busca democratizar a permanência dos indivíduos de escolas públicas auxiliando na moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, entre outras peculiaridades (Brasil, 2010b). Desse modo, faz oportuno apontar que, “Resumindo: no coração da política da vida jaz um desejo profundo e insaciável de segurança, mas agir segundo esse desejo redundaria em insegurança ainda maior e mais profunda”. (Bauman, 2000, p. 31). Decerto há muitas formas de buscar segurança, todavia, o que pesa sobre essas?

5 Considerações finais

A problemática traçada e a construção hipotética sistematizada e exposta nesse estudo tiveram o intuito de responder as indagações e aos objetivos lançados: i) identificar o nível de relevância dos motivos para realizar o Enem visando ingressar na Educação Superior e o perfil de desempenho nas áreas avaliadas no exame de 2015 de acordo com o tipo de escola frequentada no Ensino Médio e ii) ingresso nos cursos de ensino superior com o uso da nota do Enem pelo tipo de escola frequentada no ensino médio no ano de 2016.

Os resultados das duas análises indicam: 1) que os candidatos ao ENEM tanto de escolas públicas quanto particulares são altamente motivados a ingressar em IES pública, mas que os alunos de escolas públicas são mais motivados a ingressar em IES privada do que os de escola particular; 2) a maioria dos alunos das IES pública é oriunda de escolas particulares e a maioria dos de IES privada são de escolas públicas.

Nesse contexto, ficou evidente que o tipo de escola frequentada no Ensino Médio não implica necessariamente o mesmo tipo de instituição na Educação Superior. Foi possível perceber como se comporta o desempenho de acordo com o nível de relevância dada aos motivos. Ademais, notou-se que o setor privado manuseia a ferramenta fundamental do ENEM e sua aplicabilidade, mesmo entre os indivíduos com alta motivação.

Por essa conjuntura, realça-se que se faz oportuno reconsiderar a possível tendência no fluxograma apresentado nesse estudo, especialmente a parte central, pois justamente a que se nomeou como “*Inversão do percurso discente da Educação Básica ao Ensino Superior*”, para que assim tenha equiparação na Educação Superior, uma vez que o setor público superior abarcaria o setor público básico. Ou seja, sendo mais equitativo, para que assim, haja incentivos para resolução da problemática acerca da necessidade de maiores investimentos para os indivíduos do setor público dentro do setor privado, ou surgir à ideia de converter a educação pública em privada.

É sabido que o sistema de ensino no Brasil dispõe de imbricada desigualdade social, bem como se trata de um país continental e com diversos desafios sociais e políticos. No entanto, as políticas educacionais concomitantes às políticas sociais da Finlândia poderiam vir a servir de inspiração para o Brasil e aos leitores desse trabalho, já que a partir do pós-guerra o país adotou políticas voltadas para a igualdade e justiça social entre os finlandeses. O filho das elites econômicas estuda com o filho de camada menos abastadas; há apoio às classes que não podem pagar creches, tornando-as gratuitas, e auxílio recebido pelos pais etc.¹

Após essa consideração, alternativa suscetível diz respeito à diminuição da disparidade entre os ensinos público e privado com base na construção de uma Educação Com-

¹ Ler <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45489669>.

partilhada, sem aguçar a competição para obter melhores notas para ingressar na Educação Superior, acredita-se que já seria o mínimo para diminuir a desigualdade social e de desempenho no exame. Contudo, mantendo a *inversão do percurso*, que se tenha atenção direcionada para o apoio social aos bolsistas dos programas que o Enem engloba, para que haja o pleno exercício acadêmico sem preocupações maiores, senão com as atividades acadêmicas para o efetivo sucesso acadêmico dos indivíduos. Outra característica que se realça é a condição de oportunidades dada aos indivíduos concernentes à relevância dos motivos, pois o desempenho nas provas e na redação do Enem aumenta de acordo com a relevância dada aos motivos para o alunato do setor público. Por sua vez, cabe indagar: por que não dispor de condições equitativas para a educação do setor público e privado quando ambos estão motivados e aumentando o desempenho para o ingresso na Educação Superior pública?

Esse estudo buscou fomentar a discussão sobre a motivação para realizar o Enem e a utilização da nota para o ingresso na Educação Superior brasileira, para isso o presente estudo contou com os microdados do ENEM e do Censo da Educação Superior. Por isso, recomendam-se outros estudos para confirmar ou refutar as evidências encontradas, bem como se espera que a conjuntura aqui elaborada sirva de base para outros estudos e fomentem novos debates sobre essa temática. Ainda nisso, poder-se-á desenvolver estudo longitudinal com maior aproximação de determinados indivíduos aptos a realizarem o exame.

REFERÊNCIAS

- ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 19, n. 70, p. 107-125, mar./2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/YQ9TjCc3N7HygkXWH3bP6CN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- AREEPATTAMANNIL, Shaljan; FREEMAN, John G. Academic achievement, academic self-concept, and academic motivation of immigrant adolescents in the greater Toronto area secondary schools. **Journal of Advanced Academics**, v. 19, n. 4, p. 700-743, jan. 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.4219/jaa-2008-831>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- AWAN, Riffat-Un-Nisa; NOUREEN, Ghazala; NAZ, Anjum. A study of relationship between achievement motivation, self concept and achievement in english and mathematics at secondary level. **Canadian Center of Science and Education**, v. 4, n. 3, p. 72-79, fev. 2011. Disponível em: <https://ccsenet.org/journal/index.php/ies/article/view/9064>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- BARBOSA, Renilce Miranda Cebalho; DI RENZO, Ana Maria. Enem: opacidade no/do discurso de democratização do acesso ao ensino superior. **Revista ECOS**, v. 18, n. 1, p. 333-351, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/693/669>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BORGES, Gabriela Fernanda Silva. A educação superior no Brasil e a busca pela democratização: trajetória histórica até os tempos de Sisu. **Evidência**, v. 14, n. 14, p. 67-79, 2018.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm?msckid=99fb7879d0c211ec91a329a85274182b. Acesso em: 19 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Edital nº 10, de 14 de abril de 2016**. Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 2016. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2016/edital_enem_2016.pdf. Acesso em: 19 ago. 2018.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educação Básica, perguntas frequentes sobre os resultados do Enem**. Brasília, DF: INEP, 2015.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório Pedagógico-ENEM 2009-2010**. Brasília, DF: INEP, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/relatorio-pedagogico-2013-2009-2010>. Acesso em: 19 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012**. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. 18. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012a. Disponível em: <https://sisugestao.mec.gov.br/docs/portaria-2012-21.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 16 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 10, de 10 de abril de 2010**. Dispõe sobre procedimentos para inscrição e contratação de financiamento estudantil a ser concedido pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010a. Disponível em: https://sisfiesportal.mec.gov.br/arquivos/portaria_normativa_n10_30042010.pdf. Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm?_=undefined. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório Pedagógico-ENEM 2004**. Brasília, DF: INEP, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/relatorios_pedagogicos/relatorio_pedagogico_enem_2004.pdf. Acesso em: 19 jun. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório Pedagógico-ENEM 2001**. Brasília, DF: INEP, 2001. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/relatorio-pedagogico-2001-2013-enem>. Acesso em: 19 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 jun. 2017.

CEARÁ (Estado). **Lei n. 16.197, de 17 janeiro de 2017**. Dispõe sobre a Instituição do Sistema de Cotas nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Ceará. Fortaleza, CE: Assembleia Legislativa do Ceará, 2017. Disponível em: <https://bancolegis.unale.org.br/legislacao2/norma.aspx?id=28877&entidade=15&ano=2023>. Acesso em: 16 nov. 2018.

CORTI, Ana Paula. As diversas faces do ENEM: análise do perfil dos participantes (1999-2007). **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 24, n. 55, p. 198-221, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2724>. Acesso em: 16 nov. 2018.

DEWEY, John. **Vida e educação**. Tradução e estudo preliminar por Anísio S. Teixeira. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

DÖRNYEI, Zoltán; USHIODA, Ema. **Teaching and researching motivation**. 2. ed. Harlow, England: Pearson Longman, 2011.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; SOUSA, Francisca Genifer Andrade de. A. Política de juventude: percepções dos bolsistas do Prouni. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 11, n. 17, p. 1-20, nov. 2017.

FREITAG, Raquel Meister Ko.; QUIRINO, Rayane Rocha; ANDRADE, Victor Rene Andrade; SILVA, Ionária Santos da; SANTOS, Jenilton Lima. Enem: motivações e expectativas de estudantes da rede pública estadual de Sergipe. **Scientia Plena**, v. 13, n. 5, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://www.scientiaplenu.org.br/sp/article/view/3466>. Acesso em: 20 mar. 2019.

HAGUETTE, André; PESSOA, Márcio Kleber Moraes. **Dez escolas, dois padrões de qualidade: uma pesquisa em dez escolas públicas de ensino médio do estado do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

HORNSTRA, Lisette; VEEN, Ineke van der; PEETSMA, Thea; VOLMAN, Monique. Does classroom composition make a difference: effects on developments in motivation, sense of classroom belonging, and achievement in upper primary school. **School Effectiveness and School Improvement**, v. 26, n. 2, p. 125-152, fev. 2015. Disponível em: https://pure.uva.nl/ws/files/1769345/160997_415887.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

LIMA, Lucinete Marques; BIANCHINI, Angelo Rodrigo. Seletividade e/ou democratização da educação superior em tempos do SISU. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 1, p. 495-514, 2017. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/6187>. Acesso em: 20 mar. 2019.

NASCIMENTO, Francisca Silva do; COUTINHO, Taciana Carvalho; PINHEIRO, Josilane Amaro. Exame nacional do ensino médio - Enem: um olhar dos discentes do 3º ano do ensino médio e sua preparação para o ingresso no ensino superior. **Educação em Revista**, v. 14, n. 2, p. 69-92, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/3561>. Acesso em: 20 mar. 2019.

OLIVEIRA, Cristiane Pereira Melo de. **Programa universidade para todos: a percepção dos estudantes de uma universidade privada de São Paulo**. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PONTES JUNIOR, José Airton de Freitas; SILVA, Ana Gêssica da; TAVERE, Erisvan Demones; SOUSA, Leandro Araujo; BASTOS, Fernando A. Cunha; CRUZ, Francisca Nimara Inácio da; ALMEIDA, Leandro Silva. Aspectos psicométricos dos itens de educação física relacionados aos conhecimentos de esporte e saúde no exame nacional do ensino médio (Enem). **Revista Motricida-**

de, v. 12, n. 1, p. 12-21, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2730/273050666003.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

RIBEIRO, Filomena. Motivação e aprendizagem em contexto escolar. **Profforma**, n. 3, p. 1-5, jun. 2011.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei n. 5.346, de 11 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre o novo sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais e dá outras providências. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://www.senado.leg.br/comissoes/CCJ/AP/AP2009/AP200903181_CotasRaciais_AUGUSTOWERNECK.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

RYAN, Richard M.; DECI, Edward L. Intrinsic and extrinsic motivations: classic definitions and new directions. **Contemporary Educational Psychology**, v. 25, n. 1, p. 54-67, jan. 2000. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0361476X99910202>. Acesso em: 16 nov. 2018.

SCHWARTZMAN, Simon. Os desafios da educação no Brasil. In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

TAPIA, Jesús Alonso. **Motivar para el aprendizaje**: teoria y estrategias. Barcelona: Edebé, 1997.

VIGGIANO, Esdras; MATTOS, Cristiano. O desempenho de estudantes no ENEM 2010 em diferentes regiões brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 237, p. 417-438, ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dLdrbB3DSjMvQGm7GnGF7XB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2019.

WEINBERG, Robert S.; GOULD, Daniel. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

WINTERSTEIN, Pedro José. Motivação, educação física e esportes. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 6, n. 1, p. 53-61, jan./jun. 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rpef/article/view/138062>. Acesso em: 25 ago. 2018.

WINTERSTEIN, Pedro José; VENDITTI JR, Rubens. A motivação para as práticas corporais e para o esporte. In: DE ROSE JR, Dante e colaboradores (org.). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MINIBIOGRAFIA

Kaio Breno Belizario de Oliveira

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Licenciado em História Plena pela Universidade Estadual do Ceará. Bolsista de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e Inovação Tecnológica (IC-BPI/FUNCAP).

E-mail: kaiobelizario12@gmail.com

José Airton de Freitas Pontes Junior

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Pós-doutor em Educação pela Universidade do Minho, Portugal. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará, vinculado ao curso Licenciatura em Educação Física, e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará e coordenador do grupo de pesquisa Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional (Grupo IMPA/UECE/CNPq).

E-mail: japontesjr@gmail.com

Mark Clark Assen de Carvalho

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará. Professor Titular de sociologia da Educação do Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre, e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre e do Doutorado em Educação da Rede EducaNorte da Universidade Federal do Pará.

E-mail: markassen@yahoo.com.br

